



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2022
REGISTRO DE PREÇOS

01. PREÂMBULO

1 – O Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu pregoeiro(a), designado pela Portaria 10.570/2022, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório, na Modalidade Pregão - SRP, do tipo menor preço por LOTE, sob regime de execução indireta, cujo setor interessado é a Secretaria de Educação, conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n.º 1783 de 31 de maio de 2007, Decreto n.º 7892 de 23 de Janeiro de 2013 e demais legislações vigentes e pertinente à matéria. Os envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo (a) pregoeiro (a), no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Sérgio Glevinski, 134 - Papanduva -SC, CEP 89.370.000, até às **10hs00min do dia 12 de Setembro de 2022, iniciando-se a Sessão Pública às 10hs15 min do mesmo dia e local.**

02. OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objetivo o registro de preços para Contratação de Empresa (s) destinadas a realizar o Transporte Escolar relativo ao Novo Ensino Médio, de acordo com solicitação do Governo do Estado de Santa Catarina, conforme itens descritos no **Anexo I** deste edital.

03. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar do certame todas as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- c) Que estejam reunidas em consórcio, o sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

d) Estrangeiras que não funcionem no País.

3.3 - Conforme estabelece o art. 48, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014, o ITEM ou LOTE, cujo valor orçado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), é de exclusiva participação de MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, que comprovaram o enquadramento, conforme disposto no item 5.1 letra f do presente instrumento convocatório;

3.4 - O ITEM ou LOTE, que não atender no mínimo 3 (três) propostas válidas, de empresas enquadradas como ME ou EPP, será aberto para participação das empresas normais, a fim de evitar a repetição do certame.

3.5 - DA VISITA TÉCNICA E CONHECIMENTO DO LOCAL

3.5.1 – O Licitante deverá visitar os locais das linhas no Município de Papanduva - SC para se inteirar de todos os aspectos referentes à sua execução.

3.5.2 – As visitas deverão ser agendadas até o dia **02 de Setembro de 2022**, junto a Secretaria de Educação com a servidora responsável Micheli C. P. Leal, na Rua Sérgio Glevinski, 134, - Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva – Ou pelo telefone (47) 3653-2166, no horário compreendido entre às 08h e 12h00min.

3.5.3 – A Visita deverá ser realizada por um responsável designado pela secretaria de Educação e o responsável pela empresa interessada, não será permitido que um mesmo preposto represente 02 (duas) ou mais empresas distintas na visita técnica.

3.5.4 – A Visita será agendada em dias e horários diferenciados, individualmente a cada um interessado.

3.5.5 – A servidora da Prefeitura acompanhará os interessados por ocasião da visita, explicando todas as condições do trajeto da linha.

3.5.6 – Na ocasião, as empresas deverão trazer preenchida a “Declaração de visita”.

3.5.7 – Na falta do Atestado de Visita, o Licitante deverá anexar ao Envelope Documentos de Habilitação, Declaração de Responsabilidade e declínio do direito de realizar a visita e de ter conhecimento integral das condições do local da execução do serviço, sob pena de inabilitação.

3.5.8 – A declaração referida no item anterior isenta a Prefeitura Municipal de Papanduva - SC de qualquer responsabilidade decorrente do desconhecimento, por parte do Licitante, das condições da execução dos serviços, não sendo admitida qualquer alegação posterior.

3.5.9 – Em nenhuma hipótese poderá o Licitante alegar a insuficiência de dados e informações sobre o local e as condições pertinentes ao objeto do contrato.



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

04. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro(a) receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, além do nome da empresa (proponente), a seguinte identificação:

A) PREGÃO (PRESENCIAL) N.º 086/2022.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA-SC
ENVELOPE N.º 01 – Proposta Comercial

B) PREGÃO (PRESENCIAL) N.º 086/2022
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA-SC
ENVELOPE N.º 02 - Documentação

4.2 - Em seguida, realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Tal comprovação deverá ser feita através de procuração ou carta de credenciamento, com firma reconhecida em Cartório, e deverá ser entregue ao Pregoeiro(a) juntamente com os envelopes, ficando arquivada no Processo Licitatório. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

05. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - A Proposta Comercial contida no Envelope nº 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

- a) emitida, de preferência por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos.
- b) conter razão social ou nome do proponente completa (o) e CNPJ da licitante, sendo este



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

c) descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do **Anexo I**, constando o valor de cada item, total do lote e total geral da proposta, em moeda corrente nacional, em algarismos e também o valor total por extenso da proposta. Em caso de divergência entre os preços em algarismos e por extenso, serão levados em consideração os últimos e entre o preço unitário e total do lote prevalecerá o total do lote. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de somente **duas casas** após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado;

d) apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital;

e) conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

f) Declaração, quando for o caso, de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. O proponente deverá incluir no envelope nº 01 PROPOSTA DE PREÇOS, **comprovação de seu enquadramento como Microempresa** (inciso I do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006) ou Empresa de Pequeno Porte (Inciso II Lei Complementar nº 123/2006) através de **Certidão Simplificada** emitida pelo órgão competente.

5.2 - A(s) proponente(s) deverá(ao) informar um endereço eletrônico (e-mail) no qual receberá(ão) as informações, notificações e outros assuntos referentes ao certame. Recomenda-se que o usuário do e-mail indicado, cadastre no seu provedor o e-mail oficial do departamento de licitações do Município de Papanduva (compras@papanduva.sc.gov.br) para que as correspondências eletrônicas enviadas pelo município não caiam nas respectivas caixas de spam, bem como **manter a caixa de entrada **vazia** ou com **espaço** suficiente para recebimento de e-mails.**



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

6. HABILITAÇÃO

No envelope n.º 02 – Documentação, deverão constar os seguintes documentos:

6.1. Habilitação Jurídica:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, com as alterações.
- d) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

6.2. Regularidade Fiscal:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda **Federal** (Certidão de quitação de tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda **Estadual**;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda **Municipal** da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (**INSS**); **dispensável se** a certidão apresentada no item 6.2 letra **a** incluir as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, segundo alteração dada ao Art. 29, da Lei nº 8.666/1993, pela Lei nº 12.440/2011.

6.3. Qualificação Econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de **falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

jurídica.

6.4 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei.

6.5 - Declaração que os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará os serviços objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório;

6.6 - Declaração que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

6.7 - Declaração de que colocará à disposição do contrato tantos, quantos veículos foram cotados pela licitante, com capacidade nominal individual de acordo com a necessidade expressa na descrição de cada trajeto que compõem o objeto deste edital;

6.8 - Declarar que os veículos que prestarão o serviço possuem todos os equipamentos exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, conforme Resolução nº 14/1998;

6.9 - As proponentes deverão apresentar declaração de que não possuem em seu quadro social funcionários públicos desta municipalidade;

6.10 - Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de Papanduva/SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro(a) e a equipe de apoio farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las. Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

6.11 – No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do Art. 43 § 1º, havendo



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, alíneas “a” ao “g”, o pregoeiro(a), concederá o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.12 – Todos os documentos a que se referem ao item 6 deste edital deverão estar em nome/razão social da licitante, o número do CNPJ e o endereço respectivo, observando que:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) se a licitante for a matriz e o fornecimento for realizado pela filial, os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados tanto em relação à matriz quanto à filial.

OBS: A licitante poderá apresentar os comprovantes de regularidade junto à Seguridade Social – CND/INSS e junto ao FGTS centralizados junto à matriz desde que junte comprovante da centralização do recolhimento das contribuições, e apresente certidão em que conste o CNPJ da entidade centralizadora.

07. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração, fora dos envelopes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes conforme item 04 do Edital.

7.2 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO será o **MENOR PREÇO POR LOTE**. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, e que forem superiores aos valores máximos admitidos por linha e/ou por lote, conforme **Anexo I** do Edital.

7.3 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.4 - No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro(a), implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro(a), negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.5.1 – No que diz respeito às microempresas e empresas de pequeno porte a aferição das propostas por elas apresentadas respeitará o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.5.1.1 Caso o licitante que tenha proferido o lance mais bem classificado **NÃO SEJA** microempresa ou empresa de pequeno porte, serão consideradas com ele **EMPATADAS** as propostas formuladas por microempresas e empresa de pequeno porte, cujos últimos lances sejam até 5% superiores ao melhor preço.

7.5.1.2 Será oportunizado ao licitante mais bem classificado entre os empatados, observando o item 9.19.1, apresentar proposta inferior ao preço vencedor, situação que, uma vez concretizada, importará na adjudicação do objeto licitado em seu favor.

7.5.1.3 Na hipótese do licitante bem mais classificado entre os empatados não apresentar proposta inferior ao preço vencedor da etapa de lances, serão convocados, se houverem, remanescentes dentre os empatados, respeitada a ordem classificatória, para exercitarem o mesmo direito.



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

7.5.1.4 Caso não haja novas propostas pelos licitantes considerados empatados visando superar o preço originalmente ofertado pelo licitante vencedor da primeira etapa de lances, a este será adjudicado o objeto licitado.

7.6 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro(a), as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.7 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro(a) verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos consignados no **Anexo I** a este edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.8 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro(a) procederá à abertura de seu envelope nº **02 - DOCUMENTAÇÃO**, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

7.9 - Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro(a) a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

7.10 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro(a) declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

recorrer.

7.11 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro(a), equipe de apoio e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.12 - Embora seja considerado o **VALOR TOTAL DO LOTE** para efeito de lances e classificação, o licitante, após ser declarado vencedor, deverá no prazo máximo de 01 (um) dia útil, apresentar nova planilha definindo os valores que serão praticados para cada linha pertencente ao lote, sendo que estes valores não poderão ultrapassar os valores apresentados na proposta inicial, bem como, o seu ultimo lance.

08. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente. Os recursos, bem como as contra razões deverão ser protocolados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Papanduva.

8.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

8.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro(a) à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

8.5 – O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 - O(s) recurso(s) será (ão) dirigido(s) ao protocolo da Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio do Pregoeiro(a), será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

9.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados mensalmente, até 45 dias após a emissão da nota fiscal, na conformidade com a quantidade de quilômetros percorridos, em razão aos dias letivos do mês, mediante a apresentação, por parte da contratada, de apresentação da referida nota fiscal que deverá conter todas as especificações dos serviços, conforme item, objeto do Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento, acompanhada da folha de pagamento quitada dos empregados, e comprovante de recolhimento do INSS e FGTS quitada do período correspondente, respeitando-se as normas previdenciárias vigentes, referentes aos aspectos previdenciários.

9.1.1 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

9.2 - O Município pagará as viagens efetivamente realizadas no período, excluindo dias que não houve aula.

10. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 - As despesas decorrentes na execução do objeto relativo ao presente Edital correrão por conta, do orçamento do exercício financeiro de 2022.

11. EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

11.1 – Em conformidade com o Art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93 em conjunto com o Art. 76 da Lei



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização do objeto serão efetuados pela Servidora Municipal, Sra. Micheli C. P. Leal em conjunto com o DENATRAN.

12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 - Os proponentes vencedores desta licitação deverão apresentar laudo atualizado de vistoria técnica dos veículos de transporte escolar realizado pelo **INMETRO** ao departamento municipal de trânsito – DETRANPV em até 15 (QUINZE) dias consecutivos após a homologação deste certame.

12.1.1. Após apresenta vistoria, o representante legal da proposta vencedora deverá assinar o contrato, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias corridos a contar do recebimento da comunicação do Município de Papanduva.

12.1.2 Caso sejam prorrogados os contratos oriundos desta licitação as empresas terão 15 (quinze) dias consecutivos, a partir da data do recebimento da comunicação do Município, para apresentarem os referidos laudos técnicos, para posterior assinatura do aditivo de prorrogação dos contratos.

12.1.3 – **Antes** do início das serviços as empresas deverão apresentar laudo de vistoria técnica dos veículos de transporte escolar realizado por **empresa credenciada pelo DENATRAN para vistoria veicular** ao departamento municipal de trânsito - DETRANPV.

12.1.4 – Os veículos para o Transporte Escolar deverão estar em conformidade com o CTB - Código Brasileiro de Trânsito e suas regulamentações.

12.2 – Além do laudo mencionado no item 12.1, os proponentes vencedores deverão apresentar no departamento municipal de trânsito – DETRANPV em até 15 (quinze) dias consecutivos após a homologação deste certame ou quando se for o caso, da prorrogação dos contratos os seguintes documentos:

12.2.1 - Cópia da documentação do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na execução do transporte escolar, comprovando a disponibilidade destes veículos que deverão estar no nome do contratado ou;

12.2.2 - Quando os veículos não forem de propriedade do contratado apresentar contrato com firma reconhecida de cartório, que comprove o direito deste utilizá-lo para execução do objeto deste Certame Licitatório;

12.2.3 - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo do exercício vigente;



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

12.2.4 – Comprovante do pagamento do Seguro Obrigatório do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação de serviço de transporte escolar;

12.2.5 – As empresas vencedoras deverão apresentar os seguintes documentos dos motoristas dos veículos de transporte escolar:

- a) Carteira Nacional de Habilitação dos motoristas com categoria mínima “D”;
- b) Comprovante de aprovação em Curso especializado nos termos da regulamentação do CONTRAN;
- c) Certidão negativa de registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores (retirada no FORUM)
- d) Comprovação de não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou reincidente em infrações média durante os 12 últimos meses (consulta a ser fornecida pelo responsável do CITRAN).

12.2.6 – Apólice de **seguro particular** dos veículos que executarão o objeto deste certame que deverão ter coberturas com os seguintes valores mínimos de APP:

- a) morte de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por pessoa;
- b) invalidez de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por pessoa;
- c) despesas médico hospitalares R\$ 7.000,00 (sete mil reais) por pessoa

12.3 – Somente serão admitidos:

- a) Para veículos com capacidade de transporte igual ou **superior a 20 passageiros**: ano de fabricação partindo de **2012** em diante;
- b) Para veículos com capacidade de transporte igual ou superior a **40 passageiros**: ano de fabricação partindo de **2012** acima.

12.4 – Caso a proponente vencedora, precise durante a execução do contrato, efetuar reparos em seus veículos, **deverão disponibilizar veículos** em iguais ou melhores condições aos que já efetuam a execução do contrato, pelo período em que os reparos estiverem sendo feitos, atendendo inclusive aos itens 12.2.6 e 12.3 deste edital.

12.5 – A licitante vencedora, no ato da assinatura do contrato deverá apresentar declaração informando no mínimo um número de telefone fixo ou móvel para comunicações com a Secretaria de Educação.



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

12.6 - Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a realizar a vistoria dos veículos bem como assinar, no prazo e condições estabelecidas o Termo de Contrato, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

13.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

13.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

13.3 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o itinerário estabelecido na cláusula primeira e adendos, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário e número total de passageiros que cada veículo transportará, quando conveniente aos alunos e determinado pelo Município.

13.4 - Serão descontados os trajetos não percorridos.

13.5 - Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços e estado dos veículos colocados a disposição do Transporte Escolar.

13.5.1- Utilizar para o transporte, veículo em perfeito estado de conservação, manutenção, funcionamento, **LIMPEZA E SEGURANÇA;**

13.6 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

13.7 - O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

13.8 - Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

13.9 - A Contratada sujeitar-se-á as determinações do Município relativo ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros.

13.10 - A CONTRATADA fica **expressamente proibida** de transportar, juntamente com o transporte escolar, pessoas que não sejam estudantes, ou seja, os denominados “caronas”, sob pena de **rescisão imediata** do contrato e aplicação das **demais penalidades previstas** no instrumento contratual.

13.11 - Fica **obrigada** a CONTRATADA a afixar no(s) veículo(s) usado(s) na execução do objeto deste edital, cartaz colado ao para-brisa, nos mesmos moldes aos que já são usados pelos veículos do município, com a seguinte informação: “**É proibido o transporte de passageiros que não sejam alunos ou profissionais da educação**”.

14. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

14.1 - O Município ficará obrigado a:

- a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.
- c) dar condições de trafegabilidade nos trajetos onde deverá ser feito o Transporte Escolar.
- d) verificar constantemente o estado dos veículos usados no Transporte Escolar através do Conselho Municipal de Trânsito e/ ou DETRANPV, podendo exigir vistoria por **empresa credenciada pelo DENATRAN para vistoria veicular ou pelo INMETRO**, conforme for o caso.
- e) notificar a Contratada das irregularidades na execução dos serviços, estabelecendo prazo e aplicando as penalidades conforme dispõe a Lei nº 8666/93 e os termos contratados.



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

15. REGIME DE EXECUÇÃO.

15.1 - Os serviços deverão ser executados no decorrer do ano letivo de 2022, considerando-se a coincidência entre o Município e o Estado, respeitando-se as alterações das previsões do início e término do calendário escolar, normalmente de segunda a sexta-feira úteis.

15.2 - Fica facultado ao Município de Papanduva, no decorrer do ano letivo, aumentar ou diminuir a quilometragem prevista no anexo I, com o correspondente ajuste do valor do contrato nas situações seguintes:

- I - desistência ou transferência de alunos;
- II - desativação de escolas;
- III - necessidade de mudança de itinerário;
- IV - constatação de diferença na quilometragem aferida no item.

16. DA INEXECUÇÃO

16.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 17, deste Edital.

16.2 – A Ata poderá ser rescindida, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

16.2.1 - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na prestação do serviço licitado;
- b) O desatendimento das especificações constantes no Objeto deste edital;
- c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

- d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços, assim como as de seus superiores;
- e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da empresa;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- j) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

16.2.2 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

16.2.3 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

16.3 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

16.4 - A inexecução parcial do lote contratado acarretará na rescisão total do contrato.

17. PENALIDADES

17.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a- Advertência;
- b- Multa de até 10% sobre o valor da Ata;
- c- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

17.2 - Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

- a) **1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia letivo em que não foi efetuado o transporte;**
- b) **5% (cinco por cento) sobre o valor da ATA caso não seja efetuado o transporte escolar, objeto do presente contrato por mais de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da alínea anterior.**

17.3 - As multas previstas nas letras a) e b) são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

17.4 - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

17.5 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

17.6 – Não cumprimento do horário pré-estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, acarretará no não pagamento da quilometragem efetuada no dia do ocorrido.



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

18.3 - A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.4 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro(a), com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e os Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de maio de 2007 e 1975 de 10 de junho 2009.

18.5 - No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

18.6 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Relação de Itens e Preços Máximos Admitidos por lote;

ANEXO II – Modelo de Carta de Credenciamento;

ANEXO III – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA

ANEXO V – Modelo de Declaração de Atendimentos aos requisitos do Edital;

ANEXO VI – Modelo de Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

ANEXO VII - Modelo de declaração firmando que não possui em seu quadro social servidor público do município de Papanduva/SC

ANEXO VIII – Modelo de Declaração de que os documentos que compõem o edital foram colocados à disposição;

ANEXO IX – Modelo de declaração de inidoneidade;

ANEXO X – Modelo de disponibilização de veículos;

ANEXO XI – Modelo de equipamentos dos veículos;

ANEXO XII - Minuta da ATA.

ANEXO XIII- Atestado de visita técnica

ANEXO XI V- Declaração de responsabilidade

18.7 - Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e e-mail, para qualquer comunicação.

18.8 - Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Prefeitura não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.9 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data final fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá protocolar no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Papanduva, pedido de esclarecimentos, providências ou impugnação do ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro(a) decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

18.10 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

18.11 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

18.12 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

18.13 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3653 – 2166.

Aprovo o Edital.

Dê-se-lhe a divulgação prevista na Lei n. 10.520/02.

Papanduva/SC, 23 de Agosto de 2022.

Luiz Henrique Saliba
Prefeito Municipal



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

ANEXO I RELAÇÃO DE PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS POR LOTE

LOTE A					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
1	Trajetos para o transporte de alunos do NOVO ENSINO MÉDIO , partindo da localidade de Passo Ruim as 06:30hs – Fazenda Modesto, passando pela localidade de Gralha Azul, EI Passo Ruim, SAMAE, CTG Os Vaqueanos, Rua Mafra, E.E.B. Alinor Vieira Côrte e E.E.B. Manoel Estevão Furtado (trajetos de ida) - veículo com capacidade mínima de 40 passageiros.	4.000	KM	R\$ 14,56	R\$ 58.240,00
2	Trajetos para o transporte de alunos do NOVO ENSINO MÉDIO , partindo da E.E.B. Alinor Vieira Côrte as 17:15hs, passando pela Estação 67, Palmito, Arroio Fundo e Rio da Ponte (trajetos de retorno) - veículo com capacidade mínima de 20 passageiros.	9.000	KM	R\$ 14,40	R\$ 129.600,00
3	Trajetos para o transporte de alunos do NOVO ENSINO MÉDIO , partindo da E.E.B. Manoel Estevão Furtado as 17:00hs, passando pela Estação 67, Palmito, Arroio Fundo e Rio da Ponte (trajetos de retorno) - veículo com capacidade mínima de 20 passageiros.	11.000	KM	R\$ 14,33	R\$ 157.630,00
TOTAL DO LOTE A				R\$ 345.470,00	

LOTE B					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
1	Trajetos para o transporte de alunos do NOVO ENSINO MÉDIO , partindo as 07:00hs da localidade de Rio do Engano até a Estrada Geral do Rodeo (trajetos de ida).	5.000	KM	R\$ 14,40	R\$ 72.000,00
2	Trajetos para o transporte de alunos do NOVO ENSINO MÉDIO , partindo as 06:00hs da localidade do Guarani até a localidade do Pinhal (Bar da Lúcia), para abastecimento do veículo (trajetos de ida) - veículo com capacidade mínima de 20 passageiros.	5.000	KM	R\$ 14,40	R\$ 72.000,00
TOTAL DO LOTE B				R\$ 144.000,00	



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

LOTE C					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
1	Trajetos para o transporte de alunos do NOVO ENSINO MÉDIO , partindo da localidade do Pinhal (Bar da Lúcia) às 06:30hs, passando pelo Guarani, indo sentido São Tomas até o Bar da Ivonete e voltando pela Estrada Principal do Rodeo até a E.E.B. Alinor Vieira Côrte (trajetos de ida) - veículo com capacidade mínima de 40 passageiros.	12.000	KM	R\$ 14,28	R\$ 171.360,00
2	Trajetos para o transporte de alunos do NOVO ENSINO MÉDIO , partindo da localidade de Coqueiros às 06:30hs, passando pelo Guarani, indo sentido São Tomas até a E.E.B. Alinor Vieira Côrte (trajetos de ida) - veículo com capacidade mínima de 20 passageiros.	10.000	KM	R\$ 14,29	R\$ 142.900,00
TOTAL DO LOTE C				R\$ 314.260,00	

LOTE D					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
1	Trajetos para o transporte de alunos do NOVO ENSINO MÉDIO , partindo da localidade do Pinhal às 06:30hs, passando pela localidade de Rio Pratinha, Gramados, Lajeado dos Grein, até a E.E. Irene Reva Zadorosny em Nova Cultura (trajetos de ida e volta, matutino e vespertino, dois dias na semana) - Totalizando 98,80 Km - veículo com capacidade mínima de 20 passageiros.	18.000	KM	R\$ 14,20	R\$ 255.600,00
TOTAL DO LOTE D				R\$ 255.600,00	
TOTAL GERAL (LOTE A, B, C e D)				R\$ 1.059.330,00	



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

ANEXO II
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 086/2022.
PREGÃO PRESENCIAL N.º 086/2022

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF sob n.º _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Papanduva/SC, na modalidade Pregão n.º 086/2022, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ 2022.

Carimbo e Assinatura do Credenciante



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO FIRMANDO O CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 086/2022
PREGÃO PRESENCIAL N.º 086/2022

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO nº 086/2022 do município de Papanduva/SC, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 2022.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

ANEXO IV MODELO DE PROPOSTA

LOTE A					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
1		4.000	KM		
2		9.000	KM		
3		11.000	KM		
TOTAL DO LOTE A					

LOTE B					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
4		5.000	KM		
5		5.000	KM		
TOTAL DO LOTE B					

LOTE C					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
6		12.000	KM		
7		10.000	KM		
TOTAL DO LOTE C					

LOTE D					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
8		18.000	KM		
TOTAL DO LOTE D					
TOTAL GERAL (LOTE A, B, C e D)					

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem à todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (no mínimo, 60 - sessenta - dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

ANEXO V
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 086/2022.
PREGÃO PRESENCIAL N.º 086/2022.

..... inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.º DECLARA, para fins de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital

data

Representante Legal



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

..... inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.º DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().

data

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO FIRMANDO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIAL SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA/SC

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial do município de Papanduva/SC, que não possuímos em nosso quadro social nenhum Servidor Público, Dirigente ou Secretário do Município de Papanduva.

data

Representante Legal



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE OS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O EDITAL FORAM COLOCADOS À DISPOSIÇÃO

DECLARAMOS para os devidos fins que os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição da empresa, CNPJ..... e que esta tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados, dando assim concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, sendo vencedora desta Licitação, prestará os serviços objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório.

data

Representante Legal



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE
PROCESSO LICITATÓRIO N.º00/2022
PREGÃO PRESENCIAL N.º 00/2022

DECLARAMOS para os devidos fins que a empresa,
CNPJ..... não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da
Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal

data

Representante Legal



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

ANEXO X
MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULOS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 086/2022
PREGÃO PRESENCIAL N.º 086/2022

DECLARAMOS para os devidos fins que a empresa,
CNPJ..... colocará à disposição do contrato tantos, quantos veículos foram cotados pela
licitante, com capacidade nominal individual de acordo com a necessidade expressa na descrição de
cada trajeto que compõem o objeto deste edital

data

Representante Legal



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

ANEXO XI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DOS VEÍCULOS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 086/2022
PREGÃO PRESENCIAL N.º 086/2022

DECLARAMOS para os devidos fins, que os veículos que prestarão o serviço, objeto deste certame, possuirão todos os equipamentos exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, conforme Resolução 14/98

data

Representante Legal

Empresa,

CNPJ.....



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

ANEXO XII MINUTA DA ATA

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e _____, na Sede da Prefeitura Municipal de, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 028/2022 – **Registro de Preços**, na Ata de julgamento de preços, homologada em ____/____/____, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 086/2022.

1.2 – As proponentes registradas para o(s) serviços(s) cotados são os seguintes.....

1.3 – A prestação dos serviços licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.4 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para execução do serviço e assim sucessivamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o serviço, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência da execução, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 086/2022 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Proponente(s).

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

4.1 - Os serviços deverão ser executados no decorrer do ano letivo de 2022, considerando-se a coincidência entre o Município e o Estado, normalmente de segunda a sexta-feira úteis.

4.2 - A Contratada deverá apresentar laudo atualizado de vistoria técnica do(s) veículo(s) de transporte escolar realizado pelo **INMETRO** ao departamento municipal de trânsito – DETRANPV em até 15 (quinze) dias consecutivos após a homologação deste certame. Caso seja prorrogado o contrato oriundo desta licitação a empresa terá até 15 (quinze) dias consecutivos, a partir da data de assinatura do aditivo de prorrogação do contrato, para apresentar o referido laudo.



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

4.3 - Antes do início das aulas do **segundo semestre escolar** a empresa deverá apresentar laudo de vistoria técnica do(s) veículo(s) de transporte escolar realizado por **empresa credenciada pelo DENATRAN para vistoria veicular** ao departamento municipal de trânsito - DETRANPV.

4.4 – Os veículos para o Transporte Escolar deverão estar em conformidade com o CTB – Código Brasileiro de Trânsito e suas regulamentações.

4.5 - Além do laudo mencionado no item 2.3, a CONTRATADA deverá apresentar no departamento municipal de trânsito – DETRANPV em até 15 (quinze) dias consecutivos após a homologação deste certame ou quando se for o caso, da prorrogação dos contratos, os seguintes documentos:

- a)- Cópia da documentação do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na execução do transporte escolar, comprovando a disponibilidade destes veículos que deverão estar no nome do contratado ou;
- b) - Quando os veículos não forem de propriedade do contratado apresentar contrato com firma reconhecida de cartório, que comprove o direito deste utilizá-lo para execução do objeto deste Certame Licitatório;
- c) - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo do exercício vigente;
- d) – Comprovante do pagamento do Seguro Obrigatório do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação de serviço de transporte escolar;
- e) – As empresas vencedoras deverão apresentar os seguintes documentos dos motoristas dos veículos de transporte escolar:
 - I - Carteira Nacional de Habilitação dos motoristas com categoria mínima “D”;
 - II - Comprovante de aprovação em Curso especializado nos termos da regulamentação do CONTRAN;
 - III - Certidão negativa de registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores (retirada no FORUM)
 - IV - Comprovação de não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou reincidente em infrações média durante os 12 últimos meses (consulta a ser fornecida pelo responsável do CITRAN).

4.6 – Somente serão admitidos:

- a) Para veículos com capacidade de transporte superior a 24 passageiros: ano de fabricação partindo de 2012 em diante;



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

b) Para veículos com capacidade de transporte de 40 passageiros: ano de fabricação partindo de 2013 acima.

4.7 – Caso a proponente vencedora, precise durante a execução do contrato, efetuar reparos em seus veículos, **deverão disponibilizar veículos** em iguais ou melhores condições aos que já efetuam a execução do contrato, pelo período em que os reparos estiverem sendo feitos, atendendo inclusive aos itens 12.2.6 e 12.3 deste edital

4.8 – A licitante vencedora, no ato da assinatura do contrato deverá apresentar declaração informando no mínimo um número de telefone fixo ou móvel para comunicações com a Secretaria de Educação.

4.9 - Apólice de **seguro particular** dos veículos que executarão o objeto deste certame que deverão ter coberturas com os seguintes valores mínimos de APP:

- a) morte de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por pessoa;
- b) invalidez de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por pessoa;
- c) despesas médico hospitalares R\$ 7.000,00 (sete mil reais) por pessoa

4.10 - Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a realizar a vistoria dos veículos bem como assinar, no prazo e condições estabelecidas o Termo de Contrato, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

4.11 - Fica facultado ao Município de Papanduva, no decorrer do ano letivo, aumentar ou diminuir a quilometragem prevista no anexo I, com o correspondente ajuste do valor do contrato nas situações seguintes:

- I - desistência ou transferência de alunos;
- II - desativação de escolas;
- III - necessidade de mudança de itinerário;
- IV - constatação de diferença na quilometragem aferida no item.

4.12 - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados mensalmente, até 45 dias após a emissão da nota fiscal, por parte da contratada, apresentação da referida nota fiscal, acompanhada da folha de pagamento quitada dos empregados, e comprovante de recolhimento do INSS e FGTS quitada



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

do período correspondente, respeitando-se as normas previdenciárias vigentes, referentes aos aspectos previdenciários.

4.13 - O Município pagará as viagens efetivamente realizadas no período, excluindo dias que não houve aula.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.2.1- Utilizar para o transporte, veículo em perfeito estado de conservação, manutenção, funcionamento, **LIMPEZA E SEGURANÇA;**

5.3 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o itinerário estabelecido na cláusula primeira e adendos, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário e número total de passageiros que cada veículo transportará, quando conveniente aos alunos e determinado pelo Município.

5.4 - Serão descontados os trajetos não percorridos.

5.5 - Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços e estado dos veículos colocados a disposição do Transporte Escolar.

5.6 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

5.7 - O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

5.8 - Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

5.9 - A Contratada sujeitar-se-á as determinações do Município relativo ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros.

5.10 - A CONTRATADA fica **expressamente proibida** de transportar, juntamente com o transporte escolar, pessoas que não sejam estudantes, ou seja, os denominados “caronas”, sob pena de **rescisão imediata** do contrato e aplicação das **demais penalidades previstas** no instrumento contratual.

5.11 - Fica **obrigada** a CONTRATADA a afixar no(s) veículo(s) usado(s) na execução do objeto deste edital, cartaz colado ao para-brisa, nos mesmos moldes aos que já são usados pelos veículos do município, com a seguinte informação: “**É proibido o transporte de passageiros que não sejam alunos ou profissionais da educação**”.

9 - O Município ficará obrigado a:

- a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.
- c) dar condições de trafegabilidade nos trajetos onde deverá ser feito o Transporte Escolar.
- d) verificar constantemente o estado dos veículos usados no Transporte Escolar através do Conselho Municipal de Trânsito e ou DETRANPV, podendo exigir vistoria por **empresa credenciada pelo DENATRAN para vistoria veicular ou pelo INMETRO**, conforme for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

6.2 – Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital;

6.3 – Dar condições de trafegabilidade nos trajetos onde deverá ser feito o Transporte Escolar;

6.4 – Verificar constantemente o estado dos veículos usados no Transporte Escolar através do Conselho Municipal de Trânsito e ou DETRANPV, podendo exigir vistoria por **empresa credenciada pelo DENATRAN para vistoria veicular ou pelo INMETRO**, conforme for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 10% sobre o valor da Ata;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.
- f) Multa de Mora de 1% ao dia, limitados a 30 (trinta) dias, por atraso na execução, sobre o valor da requisição.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

- 8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- 8.1.2 – quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 – quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de executar, no prazo estabelecido, o(s) serviço(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1 – A empresa vencedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros a execução do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.
- 9.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva, / / /

- _____ – Pregoeiro(a)
- _____ – Equipe de Apoio
- _____ – Equipe de Apoio
- _____ - Equipe de Apoio

EMPRESAS: _____



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

ANEXO XIII

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

(envelope I – poderá ser substituído pela declaração de responsabilidade)

Atesto para os devidos fins que, o (a) Empresa (a) _____, CNPJ:
_____, CPF.: _____ devidamente identificado e representante da
empresa _____, CNPJ.: _____, situada na rua
_____, nº.: _____, no município de _____, conforme agendamento
efetuado junto a Secretaria Municipal de
Educação, no dia _____, compareceu no dia _____, às _h,
e efetuou a visita, conforme especificações do edital da Pregão nº00/2022, estando o mesmo
devidamente informados sobre as questões dos trajetos percorridos para execução dos serviços de
transporte escolar.

Papanduva, de 2022.

Servidora Responsável

Matricula:



PAPANDUVA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

**ANEXO XIV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

**(a ser apresentado no caso de declínio da visita técnica – envelope I)
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Ref. Edital de Pregão Presencial nº 00/2022:

_____, inscrito no CNPJ nº _____
_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a).
_____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____
_____ e do CPF nº _____, **DECLARA** sob risco de incorrer nas penalidades cabíveis, que em virtude do declínio da visita técnica assumimos, incondicionalmente, a RESPONSABILIDADE de realizar os serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas, bem como garantir a sua plena execução, durante toda a vigência do contrato decorrente desta licitação, certos de que não nos caberá, a posteriori, nenhuma reclamação de desconhecimento do objeto licitado.

Por ser a verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do(s) representante(s) legal

CARIMBO COM CNPJ DA EMPRESA